

06/09/2019

Formar para ação (Parte III)

Trabalho e Formação

Gideon Borges dos Santos

[Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana.
Pesquisador do Cesteh/ENSP/Fiocruz]

Estudo feito por Rodrigues (2016) sobre os significados da formação nas Conferências Nacionais de Saúde do Trabalhador (CNST) mostrou que formação em saúde do trabalhador não diz respeito apenas à educação escolar, a qual prepara profissionais para realizar o SUS e a PNSST. O projeto também envolve a formação de trabalhadores, no sentido de protegê-los contra os perigos decorrentes do trabalho e mobilizá-los para a prevenção e a promoção da saúde. Outro aspecto observado é uma perspectiva de formação voltada para um público mais difuso, denominado de sociedade em geral, cuja finalidade é alertá-lo quanto aos aspectos nocivos do trabalho e a possibilidade de prevenir-se contra seus efeitos. E, para além disso, é recorrente nos textos da CNST uma perspectiva de formação capaz de preparar os indivíduos para a participação social, processo característico de uma sociedade democrática, que forja os espaços de deliberação sobre a política de saúde do trabalhador como ambientes formativos. Note-se que o tipo ação preconizado pelas CNST, como sendo tarefa da formação humana, diz respeito tanto à capacidade técnica de intervir sobre os processos de trabalho e implantar o que está determinado pelas políticas, algo que é do domínio dos profissionais de saúde, como também trata da participação da vida política e na definição dos rumos da saúde do trabalhador, responsabilizando assim toda sociedade, o que faz da formação, nesse contexto, um projeto que contribui para fortalecimento da própria democracia.

Talvez as CNST tenham sobredimensionado a cognição, na medida em que sugerem a inclusão de conteúdos sobre o trabalho em todos os níveis de ensino, considerando o conhecimento ou a informação como operador para promover engajamento da população com a saúde dos trabalhadores, como se a cognição fosse suficiente para realizar esse empreendimento. Os textos das CNST pouco reconheceram o papel dos afetos e da formação ética como dispositivos de mobilização para a atividade política, muito menos perceberam que o movimento da sociedade civil para realizar as conferências, foi ele próprio, um processo formativo, além de tantos outros espaços políticos organizados de norte a sul do país com o fito de refletir sobre os rumos da saúde pública brasileira. A própria participação dos indivíduos nas conferências, por exemplo, constituiu-se em espaços formativos que permitiram à sociedade aprimorar a sua própria experiência democrática. E isso não passa pela aquisição de conteúdos sobre participação, mas por uma ação que mobilizou a

sociedade e criou espaços adequados para a formação por meio da própria experiência democrática. Nessa perspectiva, formar para ação não é somente formar para a aprendizagem de uma técnica que será posta prática nos processos de trabalho, é também participar da vida política do país, das formas de pensar e de fazer que estruturam a sociedade, consideradas formas de agir sobre o mundo com a perspectiva de transformá-lo. Isto significa o mesmo que introduzir, a cada geração, os princípios, valores, saberes e práticas admitidos como válidos para o campo, de modo que pudesse não apenas preparar profissionais para atuar no SUS de maneira mais efetiva mas, ao fazê-lo, tais princípios, valores, saberes e práticas seriam realizados, colocados em ato. O que não significa que os novos profissionais simplesmente repetirão o que os antigos pronunciaram, pois cada indivíduo incorpora o novo à sua maneira, como bem definiu Hannah Arendt, ao descrever a ilimitabilidade, irreversibilidade e imprevisibilidade, como características da ação. Evidentemente, o processo de formação do profissional em saúde do trabalhador tem que ainda lidar com um público de alunos que, na maioria dos casos, possui ampla experiência de trabalho, atuando na formação, atenção e vigilância em saúde do trabalhador, sem necessariamente ter sido exposto aos referências que estruturam e organizam o campo. Com uma cabeça feita e uma prática cristalizada que pode não corresponder às expectativas do campo, esses profissionais terão que refazer a cabeça. E no que pese o fato dos homens serem condicionados, esse condicionamento jamais pode ser absoluto, explica Arendt⁶, a despeito do fato de a cultura ser introjetada pelo humano com a força de um elemento natural. Essa espécie de segunda natureza, conforme denomina a autora, é o que permite a estabilidade no mundo no ir e vir das gerações. Sem a existência desta segunda natureza, o mundo ficaria ameaçado de extinguir-se a cada nova geração.

A ideia de adaptação do trabalho ao homem provocou resistência deliberada de muitas organizações corporativas que se recusavam a investir na formação, por entender que a prescrição de normas seria suficiente para os trabalhadores realizarem as transformações necessárias às condições exigidas pelo trabalho. Por outro lado, o entendimento de que a educação escolar é quem deveria de fato se responsabilizar por essa tarefa corrobora esse empreendimento. Não demorou muito para aceitar que *"em vez de privilegiar o objetivo de adaptar o trabalho ao homem, estar-se-ia a transmitir a ideia de que o trabalhador corresponderia à variável que se ajusta à situação de trabalho"* (Vasconcelos e Lacomblez, 2005, p.162).

Contudo, considerando que as transformações do trabalho coincidem com as transformações dos indivíduos, sob pena de exclusão, inadaptação, adoecimento e morte do trabalhador, não faltaram razões para acreditar que o dilema sobre intervir no trabalho ou no humano estava

superado.

continua

<p>Já Lacomblez e Teiger (2007) mostram que a formação de trabalhadores termina por ser um meio para a transformação do trabalho, na medida em que um inexistente sem outro. Evidentemente, as autoras estão bem conscientes de que a relação entre trabalho e formação não ocorre espontaneamente sem a presença de um terceiro elemento que serve de operador capaz de realizar as transformações desejadas.</p> <p>Estamos nos referindo à ação ou o que no vocabulário da saúde do trabalhador ficou vulgarizado pela expressão “formar para ação”. Isto significa para Vasconcelos e Lacomblez (2005) um movimento a partir da análise do trabalho com a participação efetiva dos trabalhadores no processo de identificação dos problemas enfrentados e na transformação das condições de trabalho.</p> <p>Recorrendo às abordagens da educação de adultos, os autores defendem que a formação de trabalhadores pressupõem que seja fortemente contextualizada, diga respeito à própria experiência de trabalho, e tenha abordagem participativa centrada, integrando e compondo os saberes dos trabalhadores ali onde somente os saberes acadêmicos tinham lugar.</p>	<p>Nessa perspectiva, a transformação da realidade do trabalhador pressupõe uma análise prévia e recorrente da situações de trabalho, o que em outras palavras significa intervenção nos ambientes, processos e formas de organização do trabalho, análise de situações geradoras de agravos à saúde e incorporação da dimensão preventiva da saúde do trabalhador. ■■■</p> <p>Referências</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Arendt H. A condição humana. Tradução de Raposo Tavares. Revisão Técnica e apresentação Adriano Correia. 13. ed. Rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016, p. 234. ■ Lacomblez M.; Teiger C. Ergonomia, formações e transformações. In: Falzon P. Ergonomia. São Paulo. Blucher, 2007. ■ Rodrigues, CF. Significado da formação humana nas conferências nacionais de saúde do trabalhador. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2015. ■ Vasconcelos R.; Lacomblez, M. Entre a auto-análise do trabalho e o trabalho de auto-análise: desenvolvimentos para a psicologia do trabalho a partir da promoção da segurança e saúde no trabalho. In: Figueiredo M et. al. Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005, p. 161 - 187.
<p><i>OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores</i></p>	